

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma																							
Desenvolvimento de Sinistros Ocorridos																							
Sinistros Administrativos - Valores líquidos de resseguro																							
Ano ocorrência	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Sinistros Judiciais - Valores líquidos de resseguro					Total - Valores Líquidos de resseguro										
								2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total	
INCORRIDO + IBNR																							
Do final do ano de ocorrência	62.868	89.267	122.828	206.080	343.550	310.853	279.176	1.872	720	1.437	3.877	2.424	4.089	655	64.740	89.987	124.265	209.957	345.974	314.942	279.831		
Após um ano	52.460	83.772	118.306	187.300	155.896	296.752		1.449	1.988	880	3.472	8.892	3.903		53.909	65.760	119.186	190.802	324.778	300.655			
Após dois anos	44.056	90.165	120.398	182.587	599.772			5.655	2.334	1.730	4.576	14.549			49.711	92.499	122.128	187.163	614.321				
Após três anos	44.104	89.577	113.408	174.444				7.421	3.011	1.782	5.703				51.525	92.588	115.190	180.147					
Após quatro anos	40.877	86.651	109.837					8.556	3.942	2.322					53.433	90.959	112.159						
Após cinco anos	48.113	83.278						8.085	4.591						48.898	87.869							
Após seis anos	40.094							8.149							48.243								
Posição em 31/12/2023	40.094	83.278	109.837	174.444	599.772	296.752	279.176	8.149	4.591	2.322	5.703	14.549	3.903	655	48.243	87.869	112.159	180.147	614.321	300.655	279.831	1.623.225	
PAGAMENTO ACUMULADO																							
Do final do ano de ocorrência	17.608	27.338	47.081	80.623	181.654	139.252	110.477	326	71	197	318	1.112	760	243	17.934	27.409	47.278	80.941	182.766	140.012	110.720		
Após um ano	31.217	61.044	86.909	146.371	540.961	226.372		736	705	816	1.450	7.116	1.707		31.953	61.749	87.725	147.821	548.077	228.079			
Após dois anos	34.596	67.239	92.723	145.709	557.747			1.174	918	1.552	1.188	8.585			35.770	68.157	94.275	146.897	566.332				
Após três anos	35.615	69.778	92.125	146.131				1.486	1.074	1.438	1.967				37.101	70.852	93.563	148.098					
Após quatro anos	35.961	71.367	92.810					1.543	1.497	1.678					37.504	72.864	94.488						
Após cinco anos	36.449	71.447						1.163	3.133						37.612	74.580							
Após seis anos	36.544							1.214							37.758								
Posição em 31/12/2023	36.544	71.447	92.810	146.131	557.747	226.372	110.477	1.214	3.133	1.678	1.967	8.585	1.707	243	37.758	74.580	94.488	148.098	566.332	228.079	110.720	1.260.055	
Estimativa corrente																							
Pagamentos acumulados até a data-base																							
Provisão de sinistros																							
Provisão de anos anteriores																							
Provisão de Sinistros (vide NE 20a)																							

22. Cobertura das provisões técnicas:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões técnicas	2.822.050	2.747.635
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados	(1.288.777)	(1.296.443)
(-) Direitos creditórios	(522.182)	(519.125)
(-) Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(148.492)	(91.725)
Total a ser coberto	862.599	840.342
Quotas de fundos de investimentos	558.614	352.517
Títulos de renda fixa - públicos	744.993	431.849
Títulos de renda fixa - privados	271.945	88.703
Renda variável*	103.784	131.031
Total aplicações	1.679.336	1.004.100
Ativos livre	816.737	163.758

*Inclui ações da empresa Bahema no montante de R\$ 21.056 (R\$ 33.422 em 31 de dezembro de 2022), registros em investimentos e avaliadas pelo método de Equivalência Patrimonial.

23. Provisão para sinistro em discussão judicial:

A Seguradora tem registro de processos de sinistros em discussão judicial incluídos na rubrica "Provisão de Sinistros a Liquidar" em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 317.597 (R\$ 336.901 em 2022). A "PSL Judicial de Cosseguro Cedido" é de R\$ 59.041 (R\$ 52.804 em 2022). As provisões líquidas de cosseguro cedido estão assim representadas:

	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
	2023	2022	2023
Provável	60	50	73.024
Possível	96	95	157.053
Remota	354	283	528.854
Total	510	428	758.931

24. Patrimônio líquido:

a. Capital social: O capital social da Seguradora, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 973.182 (R\$ 973.182 em 31 de dezembro de 2022), representado por 756.382.576 (756.382.576 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 2022, em Assembleias Gerais Extraordinárias, foram aprovados os aumentos do capital social da Fairfax no valor de R\$ 561.636 mediante a emissão de 344.836.832 novas ações, totalmente subscrito e integralizado, nas referidas datas, aprovado pela SUSEP em 2022. **b. Dividendos:** Os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no estatuto social. **c. Reserva legal:** Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social. **d. Reserva estatutária:** Constituída através da parcela retida do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a absorção de prejuízos acumulados, quando houver e a constituição da reserva legal e tem como objetivo a preservação e manutenção do capital aplicado nos negócios da Seguradora.

25. Detalhamento de contas das demonstrações de resultados:

a. Principais ramos de atuação:			
Ramos agrupados	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Custo de aquisição
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Aeronáuticos	123.587	101.552	4,4%
Marítimos	92.522	87.157	68,0%
Patrimonial	397.834	335.143	34,4%
Pessoas coletivo	32.970	15.750	13,1%
Petróleo	74.755	61.265	24,2%
Responsabilidades	175.814	130.852	285,8%
Riscos especiais	14.429	117	9,3%
Riscos financeiros	234.854	239.384	10,6%
Fiscal	144.915	212.516	24,5%
Transportes	212.521	224.780	48,3%
Total	1.504.200	1.408.516	56,2%

b. Prêmios emitidos líquidos:			
	31/12/2023	31/12/2022	
Prêmios diretos (*)	1.494.370	1.263.027	
Prêmios de cosseguros aceitos	161.529	96.874	
Prêmios de cosseguros cedidos	(78.540)	(73.563)	
Prêmios FVNE	25.959	17.507	
Total	1.603.318	1.303.845	

c. Variação das provisões técnicas:			
	31/12/2023	31/12/2022	
Provisão de prêmio não ganhos diretos	(99.118)	104.671	
Provisão de prêmio não ganhos indiretos	(70.140)	101.927	
Provisão de prêmio não cosseguro ganhos aceitos	(28.978)	(485)	
Outras provisões técnicas	-	3.229	

DIRETORIA		
Bruno de Almeida Camargo Diretor Presidente	Heron Ricardo Parron Diretor Vice-Presidente	João Pedro O. Nunes Diretor

DIRETORIA		
José Luiz O. Nunes Diretor	Pedro Luiz de Araújo Diretor	Ulido Del Medico Junior Diretor

ATUÁRIO		
Taro Nishimoto MIBA - 2249	João Pedro O. Nunes - Diretor Técnico	

CONTADOR		
Ricardo Alexandre Viccari CRC 1SP179630/O-5		

PARECER ATUARIAL

Examinamos as provisões técnicas declaradas no balanço patrimonial da Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. de 31 de dezembro de 2023 com o objetivo de avaliar sua adequação às obrigações assumidas até aquela data relativas aos contratos de seguros. Certificamos que as referidas provisões técnicas encontram-se adequadas e que não há necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura.

São Paulo, 31 de janeiro de 2024

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. São Paulo - SP. **Escopo da Auditoria Atuarial:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2023, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuarial - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuarial - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuarial - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, consideramos esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração

pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras para os usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de planejamento de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, interior(ies) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações

financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

PWC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador - CRC 1SP222767/O-3

SF 743 Participações Societárias S.A.

(em constituição)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE POR AÇÕES

Aos 22/01/2024, às 10h, na sede, SP/SP. Convocação e Presença: Totalidade. Mesa: Presidente: Sr. Luis Guilherme de Souza Silva; Secretário: Sr. Lawrence Santini Echenique. Deliberações: Deliberaram o quanto segue: 1. Aprovar a constituição da Companhia, sob a denominação de SF 743 Participações Societárias S.A. 2. Aprovar, a subscrição de 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$1,00 cada, totalizando um valor de R\$400,00 e a integralização parcial de 10% do valor total dessas ações pelos acionistas fundadores. 3. Aprovar o Estatuto Social da Companhia. Aprovar a eleição de (i) Sr. Luis Guilherme de Souza Silva para a posição de Diretor; (ii) Sr. Lawrence Santini Echenique para a posição de Diretor. Aprovar que as publicações ocorrerão em jornais que sigam os parâmetros estabelecidos pela Lei vigente das S/As, quando necessárias. Encerramento: Formalidades legais. Extrato da ata. São Paulo, 22/01/2024. Mesa: Luis Guilherme de Souza Silva - Presidente; Lawrence Santini Echenique - Secretário. Acionistas: Totalidade. JUCESP NIRE S/A nº 3530063148-0 em 31/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária-Geral.

SF 744 Participações Societárias S.A.